

A RESSURREIÇÃO DO SEPARATISMO NO BRASIL

Pedro Silveira Bandeira*

Ao estudar-se o processo de emancipação política da América Latina, chama atenção o fato de que a região ocupada pelos portugueses tenha mantido sua integridade territorial, em contraste com a fragmentação ocorrida nas áreas do antigo império colonial espanhol. As principais causas dessa diferença teriam sido a transferência da corte portuguesa para o Brasil a partir de 1808, daí resultando uma administração centralizada no Rio de Janeiro e o fortalecimento da integração espacial do território da Colônia, assim como a forma relativamente pacífica como ocorreu a nossa independência. Como assinala Celso Furtado (1968, p.102):

"Se a independência houvesse resultado de uma luta prolongada, dificilmente ter-se-ia preservado a unidade territorial, pois nenhuma das regiões do país dispunha de suficiente ascendência sobre as demais para impor a unidade. Os interesses regionais constituíam uma realidade muito mais palpável do que a unidade nacional, a qual só começou realmente a existir quando se transferiu para o Rio o governo português. A luta ingente de Bolívar, para manter a unidade de Nova Granada, constitui um exemplo do difícil que é impor uma idéia que não encontra correspondência na realidade dos interesses dominantes".

Apenas no período imediatamente posterior à Independência, houve riscos significativos para a preservação da unidade nacional. A derrota da Revolução Farroupilha, em 1845, eliminou a ameaça concreta mais importante. Nas décadas seguintes, processos econômicos encarregaram-se de promover a integração territorial do País. A afirmação do café como elemento dinamizador da economia levou a uma progressiva articulação das economias regionais, que se intensificou ao longo do século XX, com a crescente integração do mercado nacional. A questão do separatismo, por um longo tempo, foi afastada do debate político.

Essa situação começou a mudar nos últimos anos. O tema parece ter voltado à pauta das discussões políticas, eis que a idéia do separatismo vem encontrando crescente acolhida em certos segmentos da opinião pública, hoje ainda amplamente minoritários. Tal hipótese passou a ser aceita como tema sério para discussão em certas áreas do Sul, recebendo espaços cada vez maiores nos meios de comunicação,¹

* Economista e Professor da UFRGS.

¹ Os exemplos disso tomam-se cada vez mais abundantes. Na imprensa gaúcha, o tema vem sendo abordado com uma freqüência cada vez maior. O mesmo começa a ocorrer no centro do país. A *Gazeta Mercantil*, em 27.10.92, deu destaque de primeira página à questão em uma longa reportagem sugestivamente intitulada *Políticos Não Falam; Militares Não Ouvem*. Essa reportagem, surgida quando já estava completa a primeira versão deste artigo, faz referência a um trabalho apresentado pela Professora Aspásia Camargo, da FGV, no Encontro da Associação de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em outubro de 1992. Embora não tenha sido possível consultar esse texto, a julgar-se pelas informações constantes na *Gazeta Mercantil*, algumas de suas conclusões parecem ter grande afinidade com as aqui apresentadas. A revista *Isto É*, em sua edição de 18.11.92 (p.5-7), também apresentou uma entrevista com a Professora Aspásia sobre o mesmo tema.

quando apenas há 15 ou 20 anos atrás seria considerada, sem dúvida, uma excentricidade ou uma maluquice pura e simples.²

A crise econômica que se prolonga desde o início da década de 80 criou, sem dúvida, um ambiente favorável para o surgimento dessa espécie de proposta, na medida em que contribuiu para a erosão do sentimento de nacionalidade. Nem mesmo ao mais desatento dos observadores dos últimos 25 anos da nossa história terá escapado a percepção de que houve uma profunda mudança na nossa psicologia coletiva, alterando-se radicalmente a forma de pensar do povo brasileiro com relação às perspectivas do País. Do otimismo ingênuo dominante na época do "milagre", da certeza de que o Brasil estava destinado a tornar-se, mais cedo ou mais tarde, uma grande potência, passamos, após uma série de percalços, a um estado depressivo profundo e generalizado. Não são muitos, hoje, os que acreditam que a prosperidade possa estar ao alcance das atuais gerações de brasileiros, ou que ainda seja o Brasil o "país do futuro", como afirmava o título de uma obra de Stefan Zweig (1942) nos anos 40. As repetidas e intensas frustrações da "década perdida", certamente, foram um dos principais fatores que contribuíram para o prestígio do separatismo junto à opinião pública de algumas regiões do País.

O objetivo deste artigo é discutir as implicações de tal ressurreição, com breves considerações sobre alguns aspectos da questão. Buscar-se-á discutir: a) quais as relações entre o caso brasileiro e outros exemplos históricos de movimentos separatistas; b) quais os fatores que têm alimentado as ainda incipientes tendências secessionistas em nosso meio; c) se o fenômeno implica riscos reais para a manutenção da integridade territorial do País; d) quais os aspectos que tendem a ser explorados para sensibilizar a opinião pública, no desenvolvimento de uma ideologia que busque justificar a separação de áreas do território brasileiro; e) quais as implicações geopolíticas do separatismo; e, finalmente, f) que medidas podem ser tomadas, no plano institucional, para afastar a possibilidade de um esfacelamento da federação brasileira.

1 - Separatismo: uma perspectiva histórica

Os movimentos separatistas, bem-sucedidos ou não, registrados no Mundo ao longo dos dois últimos séculos têm obedecido a certos padrões bem definidos. Na grande maioria dos casos, eles se caracterizaram como movimentos "nacionalistas" ou de "libertação nacional": um grupo humano determinado, que habita uma certa área e possui uma identidade histórica e/ou cultural própria³, passa a reivindicar o direito à autodeterminação e à soberania política.

² Esse fato é mais perceptível, até o momento, no Rio Grande do Sul, ocorrendo também, com menor intensidade, em outras áreas do Sul do País. Pichações antinordestinas surgidas recentemente, em muros, em São Paulo sugerem ser possível que o fenômeno venha a estender-se, futuramente, a outras regiões.

³ Essa identidade é definida de forma ampla, em termos de características étnicas, linguísticas e religiosas ou de uma experiência histórica comum. Uma discussão dos problemas implícitos nas definições de "nação" e "nacionalidade" pode ser encontrada em Hobsbawm (1990).

Esse foi o padrão separatista mais típico no passado, que levou à constituição de diversos estados nacionais nos dois últimos séculos e que ainda pode ser usado para descrever vários processos atualmente em curso na Europa e em outras partes do Mundo. Nele desempenham um papel central as características que homogeneizam um determinado grupo humano, distinguindo-o de outros que com ele coabitam em uma unidade política mais ampla. Dentre essas características, destacam-se as diferenças étnicas, culturais e lingüísticas, além de fatores históricos, como a identificação com um estado independente que tenha existido no passado.⁴ Quando as estruturas institucionais dessa unidade maior (império, federação, confederação, etc.) se tornam incapazes de atender a reivindicações políticas e/ou econômicas de algum desses grupos, as diferenças antes referidas passam a servir de apoio para ideologias nacionalistas que postulam seu direito à autodeterminação.⁵

Os casos dos países oriundos da desagregação dos Impérios Otomano, no século XIX, e Austro-Húngaro, após a Primeira Guerra Mundial, além da Irlanda, são exemplos mais antigos de movimentos separatistas de caráter nacionalista que resultaram no surgimento de novas entidades políticas.⁶ Observa-se, no passado recente, em várias partes do Mundo, uma renovação da tendência no sentido da desagregação de estruturas políticas plurinacionais, tendo como efeito a constituição de uma multiplicidade de novos estados. Em alguns casos, esse processo encontra-se em um estágio bastante adiantado, como na Iugoslávia e na antiga União Soviética. Em outros, minorias nacionais ainda lutam, por meios políticos ou de armas na mão, para obter a independência total ou alcançar alguma forma de autonomia regional dentro de uma federação ou confederação. Poderiam ser arrolados, como exemplos atuais, os casos dos tâmeis no Sri Lanka, de Quebec no Canadá, de Gales e da Escócia na Grã-Bretanha e dos bascos espanhóis, além de vários outros na Europa, na África e na Ásia.

Existe ainda um segundo padrão de movimento separatista, menos freqüente, no qual as diferenças históricas e culturais não desempenham um papel proeminente. A tentativa de separação decorre de fatores estritamente políticos e/ou econômicos que levam a uma profunda cisão entre interesses baseados nas diferentes regiões, que não pode ser acomodada pelas instituições e regras do sistema político em vigor.

O exemplo clássico desse padrão é constituído pela tentativa de secessão do sul dos Estados Unidos, que levou a uma guerra civil entre 1861 e 1865. O principal motivo do acirramento das contradições inter-regionais foi a questão do trabalho escravo.⁷ A econo-

⁴ Hobsbawm registra que, no caso de diversos povos europeus, a identificação com um estado independente existente no passado foi um dos principais catalisadores da formação do sentimento de nacionalidade (HOBSBAWM, 1990, p.90).

⁵ Para um tratamento abrangente do tema, ver a obra já referida de Hobsbawm (1990). Uma abordagem mais concisa da questão pode ser encontrada em *A Era das Revoluções* (1977, Cap.7), *A Era do Capital* (1977a, Cap. 5) e *A Era dos Impérios* (1988, Cap 6), do mesmo autor.

⁶ Nos dois primeiros casos, alguns dos estados resultantes continuaram a ser étnica e culturalmente heterogêneos, como a Iugoslávia e a Tcheco-Eslováquia. Parte da Irlanda — o Ulster, ou Irlanda do Norte, onde uma parcela significativa da população era protestante e de origem anglo-saxônica — continuou ligada à Grã-Bretanha.

⁷ Deve-se registrar que as divergências entre norte e sul remontavam à época da independência, não se restringindo à questão do trabalho servil. Um antigo ponto de discordância era constituído pela questão tarifária, sendo os grupos industriais do norte favoráveis ao protecionismo, enquanto o sul (eventualmente aliado aos interesses mercantis da Nova Inglaterra) tradicionalmente se opunha às restrições à importação (HACKER, p.308-309).

mia dos estados agrícolas do sul dependia da escravidão, que era crescentemente rejeitada pela opinião pública dos estados industrializados do norte, onde se desenvolvia uma intensa campanha abolicionista.

O problema da admissão ou proibição do trabalho servil nos novos territórios — que haviam sido formados à medida que as fronteiras do país eram estendidas em direção ao oeste, sendo posteriormente admitidos como estados na Federação — tornou-se a questão central da política norte-americana nas décadas que precederam a Guerra Civil. Permitir a escravidão implicaria viabilizar o predomínio da grande propriedade servil nessas áreas, causando uma menor disponibilidade de terras para o assentamento da mão-de-obra excedente do nordeste e dos imigrantes que chegavam, em grande número, da Europa. Além disso, a expansão do escravismo impediria o fortalecimento do mercado interno.

No plano político, a admissão de novos estados escravistas implicaria aumentar o número de votos ligados à servidão no Congresso, fortalecendo os grupos sulistas e desestabilizando o frágil equilíbrio existente entre os interesses regionais. Após vários anos marcados por tentativas de conciliação que buscavam preservar o balanceamento entre a influência dos estados escravistas e não escravistas, a eleição de um presidente abertamente comprometido com uma plataforma abolicionista (Abraham Lincoln) constituiu-se em um fato político inaceitável para o sul, levando à tentativa de construir uma entidade política separada.⁸

2 - O caso brasileiro

Ao se abordar o caso brasileiro, cabe indagar quais as lições que podem ser extraídas do estudo desses dois tipos de movimentos separatistas.

O primeiro padrão parece ser inadequado, dada a sua evidente não-correspondência às características da nossa sociedade. O grau de padronização cultural no Brasil é bastante elevado em termos comparativos, embora subsistam diferenças regionais. A difusão dos meios de comunicação de massa, nas últimas décadas, certamente contribuiu para acelerar a tendência à homogeneização. Não existem diferenças lingüísticas dignas de nota no País, pois a obrigação do uso da Língua Portuguesa nas áreas de imigração do Sul, durante o Estado Novo, encarregou-se de praticamente eliminar os eventuais bolsões onde poderiam predominar outros idiomas.

Embora a escravidão e a imigração tenham feito do Brasil um país multiétnico, houve uma ampla absorção cultural dos contingentes populacionais de origem não lusitana. Em geral, a segunda ou a terceira geração brasileira de qualquer grupo imigrante já havia adotado o uso cotidiano da Língua Portuguesa, além de ter

⁸ Existem, evidentemente, divergências a respeito das causas da Guerra Civil Americana. Na historiografia que destaca os aspectos econômicos da questão, a interpretação mais tradicional deve-se a Charles Beard, um dos principais dentre os *progressive historians* do início do século. Outra abordagem "econômica", mais influenciada pelo marxismo, é a de Louis M. Hacker. As obras relevantes para a análise do tema desses dois autores são referidas na Bibliografia. Um tratamento sucinto da questão pode ser encontrado em Fohlen (1981, Cap.3, pt. 2).

abandonado grande parte dos costumes ligados à cultura original. As migrações internas, por outro lado, encarregaram-se de promover uma "mistura" de elementos oriundos das diversas regiões.⁹ Em consequência, não existem áreas extensas no País que sejam caracterizadas pela ampla predominância de minorias étnicas ou culturais. Tal fato não ocorre nem mesmo no Centro-Sul, principal região de destino dos contingentes migratórios externos mais recentes e numerosos.

Quanto aos aspectos históricos, cabe lembrar que existe um precedente autonomista em um dos estados sulinos: o Rio Grande do Sul, no decorrer da Revolução Farroupilha, declarou-se independente, formando a República de Piratini, que subsistiu por quase 10 anos, até 1845.¹⁰ Esse é, possivelmente, o único ponto em que o caso brasileiro mostra alguma semelhança com o padrão "nacionalista" de separatismo. A existência desse precedente, com certeza, ajuda a explicar por que esse é o estado onde as idéias separatistas vêm obtendo maior receptividade. No Rio Grande do Sul, além disso, existe um forte movimento de preservação das características da cultura local. Em conjunto, a existência de um precedente autonomista e o cultivo de uma identidade cultural podem facilitar de forma muito significativa a difusão de uma ideologia separatista, caso haja um agravamento das contradições inter-regionais no País.

A despeito disso, pode-se afirmar que o padrão de separatismo "nacionalista" tem pouca relevância para a análise do fenômeno no Brasil. Aqui, a exploração de aspectos étnico-culturais ou históricos parece estar destinada a desempenhar um papel secundário em qualquer movimento separatista. Os fatores capazes de levar um movimento desse tipo a ganhar expressão, adquirindo um maior apoio popular em nosso meio, teriam de ser, necessariamente, de natureza estritamente política ou econômica.

Apesar disso, é possível que a crescente vitalidade dos movimentos separatistas desse tipo no mundo atual possa contribuir para estimular a difusão de idéias separatistas no Brasil. Afinal, em um país acostumado à imitação cultural e ideológica, as influências externas nunca podem ser desprezadas. É pouco provável, porém, que possa haver uma adaptação muito ampla de modelos externos de ideologias separatistas de tipo "nacionalista".

Um aspecto que deve ser considerado, nesse contexto, é a possibilidade da difusão de concepções racistas no País, caso a presente onda de expansão do racismo em alguns países europeus venha a consolidar-se. A idéia de uma "superioridade" das populações mais europeizadas do Sul e do Sudeste (por mais inverossímil que possa parecer) poderia ser articulada, mesmo que de forma difusa, a uma sustentação ideológica do separatismo nessas regiões.¹¹ De qualquer maneira, idéias racistas

⁹ Segundo o Censo de 1980, em 12 das 28 unidades em que estava dividido o território brasileiro, mais de 20% da população era constituída por pessoas nascidas em outras áreas. Em outras oito, esse percentual situava-se entre 10 e 20%. Em apenas três (Ceará, Bahia e Rio Grande do Sul), era inferior a 5% (BANDEIRA, 1988, p. 106).

¹⁰ Cabe lembrar, finalmente, que há divergências na historiografia sul-rio-grandense quanto ao caráter efetivamente separatista da Revolução Farroupilha. Autores recentes tendem a enfatizar seu caráter federalista, tomando a proclamação da República de Piratini e a separação do Império mais como incidentes no contexto da luta pela mudança nas relações entre o poder central e as oligarquias regionais do que como esforços reais no sentido de uma separação permanente.

¹¹ As pichações de muros em São Paulo, já mencionadas, onde os nordestinos aparecem incorporados ao rol das "raças inferiores", junto com os judeus e os negros, deixam isso bem evidente.

seriam pouco eficazes, se usadas abertamente, para justificar o separatismo em uma área etnicamente heterogênea, pois sua utilização alienaria o apoio de parcelas significativas da população.

3 - As causas da ressurreição

Cabe definir, finalmente, quais os fatores políticos e econômicos que têm criado as condições adequadas para o ressurgimento das idéias separatistas e que têm alimentado o acirramento das contradições inter-regionais no Brasil.

Em primeiro lugar, cabe destacar a crise econômica, que teve como corolário uma profunda desorganização das finanças públicas, reduzindo o volume de recursos de que dispõe a administração federal e tornando-a cada vez menos capaz de administrar os conflitos entre as reivindicações oriundas das várias regiões.

Nesse contexto de crise econômica, o fator político que mais contribuiu para o aumento da insatisfação em algumas regiões foi a existência de distorções no sistema representativo, que fazem com que a participação quantitativa dos estados do Sul e do Sudeste no Congresso Nacional — e, portanto, sua influência nas decisões legislativas — seja bem inferior à sua importância demográfica e econômica. Segundo dados publicados recentemente na imprensa do Rio Grande do Sul, essas duas regiões, que somadas representam mais de 77% do PIB e quase 60% da população do Brasil, possuem menos da metade das vagas do Congresso.¹²

A origem dessas distorções remonta a uma medida casuística tomada pelo governo militar, na década de 70, com a finalidade de assegurar a manutenção de uma maioria no Congresso Nacional. No entanto mais significativo do que essa origem "espúria" é o fato de que tal desproporcionalidade tenha sido convalidada pela legislação posterior à redemocratização do País, assegurando a sobrevivência dessa parcela do que o jargão político de alguns anos atrás denominava de "entulho autoritário". Se a existência de tais distorções tinha pouca relevância no passado, sob os governos militares, quando o papel do Congresso era bastante reduzido, na atualidade sua significação política tem se mostrado muito grande, podendo aumentar ainda mais, caso venha a ser implantado o sistema parlamentarista no País.

Soma-se a isso a percepção — cada vez mais generalizada e consolidada no Sul e no Sudeste — de que subsiste uma acentuada diferenciação regional no comportamento das elites políticas brasileiras. Segundo essa concepção, enquanto nessas regiões tenderiam a vigorar padrões éticos mais elevados, sendo a vida política presumivelmente mais "limpa", "moderna" e próxima daquela que caracteriza as democracias mais adiantadas, no resto do País — ressalvadas as exceções constituídas por algumas lideranças insuspeitas — haveria um amplo predomínio do clientelismo, do apadrinhamento e da corrupção, praticados por uma elite atrasada e parasitária, acostumada a usar recursos públicos com objetivos privados.

¹² Dados extraídos da reportagem *Uma Via de Mão Única*, publicada na revista *Amanhã* (1992, p.21).

Ainda segundo essa concepção, tomados em conjunto, as distorções no sistema de representação, o clientelismo e o uso eleitoreiro de verbas no Norte-Nordeste implicariam uma contínua drenagem de recursos em detrimento do Sul e do Sudeste. As administrações federais seriam obrigadas a "comprar" votos no Congresso por meio da canalização de verbas volumosas para as regiões super-representadas, de modo a obter as maiorias necessárias para assegurar o funcionamento normal das atividades governamentais e a implementação de seus programas de governo. Segundo essa percepção, que cada vez mais se enraíza em alguns segmentos da opinião pública do Sul e do Sudeste do País, tais verbas, ao invés de serem usadas de maneira a contribuir efetivamente para a melhoria das condições de vida das populações mais necessitadas, seriam em geral malbaratadas com objetivos eleitorais ou, pior ainda, indevidamente apropriadas pelas elites dessas áreas.¹³ Essa drenagem estaria obstaculizando o desenvolvimento econômico do Sul e do Sudeste, na medida em que a alocação inadequada das verbas federais impediria que fossem feitos investimentos em infra-estrutura nessas regiões. O fluxo indevido de recursos para o Norte-Nordeste constituir-se-ia em uma barreira que impede o acesso das economias do Sul e do Sudeste à prosperidade e à modernidade.¹⁴

Esse conjunto de percepções tem sido a causa básica da crescente popularidade do separatismo em algumas áreas do Sul do País. A secessão tenderá a ser cada vez mais considerada como uma alternativa viável, caso venha a confirmar-se a idéia de que esse problema dificilmente poderá ser sanado por meios políticos, pois isso exigiria que os representantes das regiões favorecidas abrissem mão, voluntariamente, do poder e dos privilégios que lhes são conferidos pelas distorções do sistema de representação.¹⁵

Tudo isso teria uma importância menor, caso, ao nível econômico, estivessem operando fatores capazes de fortalecer a integração regional. Não é isso, no entanto, o que se verifica na atualidade. Ao contrário, a transição para um novo modelo de crescimento, baseado em um maior grau de abertura para o mercado internacional, tende a diminuir a articulação econômica entre as diversas áreas do País, já que as

¹³ Essa percepção foi, sem dúvida, reforçada por muitos dos fatos revelados pelas recentes investigações parlamentares que resultaram na instauração do processo de *impeachment* contra o Presidente da República.

¹⁴ A revista *Amanhã* (1992, p.18-19), na reportagem referida em nota anterior, apresenta dados que evidenciam uma ampla disparidade na distribuição de recursos federais entre as diferentes regiões e estados brasileiros. Em regra, esses dados mostram um amplo favorecimento dos estados do Norte e Nordeste, em prejuízo do Sul e do Sudeste. Não fica claro, todavia, até que ponto esses dados servem como indicadores adequados do efeito total da ação do Governo Federal na transferência de recursos entre regiões, pois é bastante difícil espacializar de forma correta alguns dos componentes da despesa pública federal, bem como identificar as transferências resultantes da atuação dos órgãos da Administração Indireta e das empresas estatais.

¹⁵ Uma entrevista concedida pelo Governador do Rio Grande do Sul ao *Caderno de Economia* do jornal *Zero Hora*, em 8.11.92 (p.6-7), ilustra esse tipo de análise das causas do agravamento das contradições inter-regionais no Brasil. Depois de referir-se ao problema da representação, afirma, quanto ao destino dos recursos drenados para o Nordeste, que: "Todo esse dinheiro não chega ao povo pobre do Nordeste. Fica na mão das elites, das oligarquias (...)" Sobre a possibilidade de o problema ser sanado por via legislativa, o Governador diz que: "No Congresso, a oportunidade será a revisão constitucional de 1993, mas é difícil alterar este quadro de representação política, porque eles têm maioria em tudo".

empresas de uma região se tornam cada vez menos dependentes de mercados ou fornecedores localizados em outras, na medida em que uma parcela crescente de suas transações passa a ser feita com o Exterior. Debilitam-se, assim, os estímulos econômicos para a preservação da unidade nacional.

4 - Aspectos geopolíticos do separatismo

Outro ponto a considerar na análise do separatismo no Brasil está relacionado com as suas implicações geopolíticas, pois uma eventual subdivisão do território brasileiro em duas ou mais unidades independentes teria, sem dúvida, importantes implicações internacionais. Cabe, portanto, fazer algumas breves observações colaterais a respeito dessa questão, indagando quais seriam as reações da comunidade mundial, caso o fortalecimento de movimentos separatistas viesse a transformar essa hipótese em uma possibilidade concreta. Trata-se, evidentemente, de um mero exercício de especulação, pois nada indica que o desmembramento do Brasil seja considerado como um fato suficientemente provável, por analistas da política internacional, a ponto de merecer muita atenção nas discussões correntes sobre a geopolítica mundial.

Em uma análise superficial, podem-se destacar dois tipos de conseqüências, no plano internacional, do fortalecimento de movimentos separatistas no Brasil. Em primeiro lugar, estariam as implicações para a estabilidade política da América Latina. Abordando-se o problema sob esse ponto de vista (que poderia ter uma influência significativa sobre a reação de países vizinhos), deve-se considerar que uma guerra civil prolongada no País, resultante de uma tentativa de secessão, poderia eventualmente transbordar as fronteiras brasileiras e afetar áreas adjacentes. Além disso, o fortalecimento do separatismo no Brasil poderia estimular movimentos semelhantes em alguns países próximos.

Em segundo lugar, estariam as conseqüências que a subdivisão do território brasileiro poderia ter sobre a geopolítica mundial, no longo prazo. Abordando-se a questão nesses termos, é fácil perceber que o desmembramento do País poderia até mesmo ser visto como um fato "conveniente" em um enfoque preocupado com a preservação da hegemonia política das atuais nações "ricas". Um país de dimensões continentais, pouco dependente do mercado externo e onde segmentos nacionalistas (que pretenderam, no passado recente, fazê-lo chegar à condição de potência intermediária não alinhada aos interesses dos centros dominantes) continuam a ter influência significativa pode representar um risco maior para a estabilidade da ordem mundial do que duas ou três nações menores, mais distantes da auto-suficiência em recursos naturais, com economias necessariamente mais abertas, mais vulneráveis à influência externa e incapazes de nutrir pretensões mais significativas no plano internacional.

5 - Conclusão

Ante o exposto, pode-se afirmar que é provável que, a médio e longo prazos, os movimentos separatistas venham a adquirir um apoio popular cada vez maior no Brasil, se não forem removidos os fatores que determinaram o agravamento das tensões inter-regionais no País, nos últimos anos. O primeiro desses fatores é, evidentemente,

a crise econômica. A ameaça do separatismo poderia ser bastante atenuada se houvesse uma retomada vigorosa e consistente do crescimento, resultando no fim das dificuldades de financiamento do setor público e permitindo um melhor atendimento das reivindicações regionais por parte do Governo Federal. É importante destacar, todavia, que o crescimento econômico contribuirá apenas para amenizar as tensões inter-regionais, sem atacar algumas de suas causas mais importantes, que se encontram na esfera político-institucional.

Caso a crise econômica venha a prolongar-se, impedindo que a economia brasileira retorne rapidamente à sua trajetória histórica de crescimento e perpetuando as dificuldades financeiras da União, o risco do separatismo só poderá ser reduzido por meio de reformas que façam desaparecer as causas políticas do descontentamento hoje existente em algumas regiões. Isso implicaria corrigir o problema da desproporcionalidade da representação parlamentar dos estados, dificultar a sobrevivência de práticas políticas clientelistas, baseadas no uso eleitoral de verbas públicas, e definir legalmente parâmetros técnicos que orientem a alocação regional dos recursos federais, impedindo a ocorrência das disparidades excessivas que se observam no presente.¹⁶

A solução dos problemas oriundos da disparidade da representação parlamentar exige que sejam adotados dois tipos de medidas quando da revisão constitucional de 1993. Em primeiro lugar, deve ser estabelecida uma rigorosa proporcionalidade entre a população dos estados e o número de cadeiras que lhes cabem na Câmara de Deputados. Em segundo lugar, devem ser revistas algumas das atribuições do Senado — onde existe um desequilíbrio "estrutural", devido ao maior número de unidades federativas existentes no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste —, de forma a impedir que a maioria com que contam essas áreas possa levar à ocorrência de favorecimentos indevidos na alocação de recursos federais ou ao bloqueio de projetos que atendam a interesses legítimos do Sul e do Sudeste.

Não há motivo para otimismo quanto à possibilidade de que tais reformas venham a ser realizadas por via legislativa, pois isso exigiria que os segmentos regionais hoje majoritários no Congresso Nacional fossem capazes de transcender aos seus interesses mais imediatos, abdicando ao poder exagerado que lhes é conferido pelas deformações do sistema representativo em nome da preservação da unidade nacional. É difícil avaliar, por outro lado, se existe uma real possibilidade de que o problema seja corrigido por via judicial, através de uma decisão do Supremo Tribunal Federal.¹⁷

É preciso que se tenha consciência de que, caso as elites brasileiras não se mostrem capazes de enfrentar esses desafios, eliminando as distorções que solapam as bases da federação brasileira, as tensões inter-regionais certamente tenderão a aumentar. Criar-se-ão, com isso, condições para que as idéias separatistas tenham cada vez maior aceitação popular, vindo a contar com a adesão de segmentos e lideranças hoje ainda comprometidos com a unidade nacional. Se isso ocorrer, podem

¹⁶ Isso deveria ser feito, evidentemente, de forma a preservar um grau suficiente de flexibilidade na alocação de recursos, capaz de viabilizar a execução de programas legítimos de estímulo ao crescimento econômico e de apoio às populações carentes das regiões mais atrasadas.

¹⁷ Segundo a imprensa (ZH, 23.11.92, p. 10), o Governador Collares, do Rio Grande do Sul, pretenderia arguir a inconstitucionalidade das regras que atualmente definem a representação dos estados no Legislativo Federal.

vir a desenhar-se, no longo prazo, cenários trágicos para a nossa sociedade, como o surgimento de uma tentativa de secessão, resultando talvez em uma guerra civil, ou uma ruptura da ordem constitucional, sob a justificativa de assegurar a manutenção da integridade territorial do País.

Bibliografia

- AMANHÃ (1992). Porto Alegre: FIERGS, v.7, n.66, set.
- BANDEIRA, Pedro Silveira (1988). **O Rio Grande do Sul e as tendências da distribuição geográfica do crescimento da economia brasileira: 1940-1980**. Porto Alegre: FEE.
- BEARD, Charles, BEARD, Mary (1927). **The rise of american civilization**. New York: MacMillan.
- FOHLEN, Claude (1981). **América anglo-saxônica de 1815 à atualidade**. São Paulo: Pioneira/EDUSP.
- FREITAS, Décio et al. (1985). **A Revolução Farroupilha: história & interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- FURTADO, Celso (1968). **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- HACKER, Louis M. (1947). **The triumph of american capitalism**. New York: Columbia University.
- HOBSBAWM, Eric J. (1977). **A era das revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOBSBAWM, Eric J. (1977a). **A era do capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOBSBAWM, Eric J. (1988). **A era dos impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOBSBAWM, Eric J. (1990). **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ZERO HORA (23.11.92). Porto Alegre: RBS, p.10.
- ZWEIG, Stefan (1942). **Brasil, país do futuro**. (s.n.t.)